



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2011

Acta n.º 16

Ao vigésimo nono dia do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezasseis de Setembro e Aditamento de vinte e três de Setembro de 2011, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 27/04/2011 e 27/06/2011; -

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Operações Urbanísticas do Município de Albufeira, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Geral de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Procedimentos em matéria de Acidentes de Trabalho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos aditamentos aos protocolos de delegações de competências nas Freguesias de Ferreiras, Guia, Olhos d'Água e Paderne, nos termos na alínea s) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revisão do Plano de Pormenor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia, nos termos do n.º1 do art.79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da alínea b) do n.º3 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro. -----

ADITAMENTO: -----

PONTO OITAVO: Análise, avaliação e eventual revisão e alteração do Regulamento dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais do Município de Albufeira, em cumprimento da deliberação de 27 de Junho de 2011, desta Assembleia Municipal; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso de competência delegada por deliberação da Câmara Municipal de Albufeira, do procedimento por concurso público, com publicação de



anúncio no jornal oficial da União Europeia, para contratação de serviços de vigilância humana, continua e pontual, nos vários locais do município de Albufeira;

PONTO DECIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª revisão das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª revisão do Orçamento para o ano 2011, incluindo a 3ª alteração ao Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia de Ferreiras, nos termos da alínea s) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do concurso para adjudicação da concessão de exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e do estacionamento à superfície na Av. da Liberdade em Albufeira, nos termos da alínea q) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento de utilização do Auditório Municipal de Albufeira, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de avaliação de interesse regional do projecto "Parque Temático Vasco da Gama", sito nos Olhos d'Água, nos termos da alínea o) do n.º1 e da alínea b) do n.º3, ambos do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Anabela Santos Nobre (PSD) (22:00h), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras) (21:45h), Joaquim Manuel Correia Vieira



(Guia), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis e em regime de não permanência, o Vereador David Martins. -----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS) e Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Vítor Vieira, Miguel Mesquita e Luís Reis, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Lisboa, Alberto Saraiva, Anabela Nobre e Sara Carvela. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com a tomada de posse de um novo membro do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, o Senhor Capitão da Guarda Nacional Republicana de Albufeira, Marco Reinaldo Henriques, devido a alterações na sua composição (doc. anexo à acta). -----

Depois da tomada de posse, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público. ----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Ventura - " Eu tenho sido um "pau mandado" e uma "vassoura" nas vossas mãos. Porque se é uma democracia, já tinham feito e já tinham visto o que realmente me fizeram de há muitos anos para cá. Não vou chorar, porque neste momento não me sinto bem, mas enquanto houver força, venho sempre aqui. Eu não admito que gozem comigo! Exijo que façam o que têm a fazer! É vosso dever. Eu sei que muita gente não gosta que eu venha cá. Criticam-me por isso, mas eu não me importo. Quem perdeu fui eu. Vocês, directamente ou indirectamente, prejudicaram-me. Nesta terra, houve privilégios e privilegiados. Construiu-se em cima de dunas. Se Albufeira tem estas condições, em que se fez algo nesta terra e nada foi corrigido. Já pedi aqui, várias vezes, um inquérito para averiguar se houve corrupção. Porquê que os outros fazem e eu não fiz? Só posso dizer que existe uma corrupção. (Apresenta intervenção escrita (doc.1))." -----



CINEMA:

NÃO EXISTE SALO EM ALBUFEIRA EM SUA EXISTÊNCIA
DE SER COM PALCOS (EXEMPLO CONSUMINDO
VOLTAR MONTAR OU PORTUGAL).
MAS COM DIFERENÇA NÃO SENDO PROPRIAMENTE
EM ESPACOS COMERCIAIS

NÃO HÁ MAIS A DIFERENÇA DISPONIBILIDADE EM
LOCAIS MAIS ADEQUADOS A HABITAÇÃO

NÃO EXISTE UM PARQUE PÚBLICO EM A PARÇA
COM A UTILIZAÇÃO COM CAMPO DE LAZER NA
PRESTACÃO LOCAL DE CULTURA DIVERSÃO E
ESPACOS APROPRIADOS

NÃO EXISTE O CONCEPTO DE LÓGICA FUNDADA -
MENTAR AO SER ESTAR COM A PARLACÃO E
POSSIBILIDADES DE VISUALIZAÇÃO DE
MACROECONOMIA ESTRUTURADA

NÃO EXISTE A LÓGICA DE PROTEÇÃO COM O
FUTURO COM A METROLOGIA

NÃO EXISTE OS VESTÍGIOS DE OUTRA POLÍCIA
FICAR/POLOS/NOTAS/ HABITAÇÕES DE CARACTER
HISTÓRICO PRESERVANDO A DUNAS/ALGAL
SIAIS OS CAMINHOS E BANCOS E VESTÍGIOS DA
BEM VESTIDOS ATRAVÉS VANDAS ENTRE OUTROS
NA SUA PRÓPRIA HISTÓRIA COM VESTÍGIOS DE
VANDAS CONTRIBUINDO AO TURISMO SIA SUACULTURA

NÃO EXISTE OS BANCOS TRADICIONAIS DAS -
FORMANDO COMPLETAMENTE A FAUNA PISCAL -
TÓRICA REGIONAL DE INTERESSE DE HISTÓRIA



NÃO EXISTE O HABITAT DAS GAIOLAS (EM CIMA
TELIADOS LACIADOS) O HABITAT DAS LAPASAS
COMO OS PEROLDES OUTRAS ESPÉCIES BEM
A SUA INVENÇÃO COMPLETAMENTE

NÃO EXISTE O LOCAL DE APROPRIAÇÃO COM A
TOMADA DOS JOVENS COM VARIAS ESPÉCIES
DE FORMA DE INTERESSOS AO CONJUNTO A SUA
MODOS ASS SUBSIDIADA DE FORMA
A REFLEXÃO TER ENCONTRADO OS SEUS
ALICERÇOS CONCORDOS NA SUA DEFINIÇÃO.

CONTA DO A AUMENTO DA LÂM TEMPO DO
DE RESERVA SE APROXIMAM AO ALGOL
A OUTRA E OUTROS VÍCIOS

OCORRER PARA ALBUFEIRA VÁRIOS RAIOS
PRINCIPAL ALGOLAS CHOPOLAS

COMO PODERÁ VERSE SEJA EM INTERESSE
SAÚDE DE CARACTER INMOBILIZANTE
FAVORECER A ENTREGA QUE NOS DESEJA
BEM-ESTAR INDIVIDUAL E SOCIEDADE
CIVIL

FALESIAS / SE TAREFAS / SAL DADO / DUNTO
FAVOR PARA HA ENTRE OUTROS
POE ESTE PRINCÍPIO DE FAVORABILIDADE
QUE FAZEM OUTROS / LÂM ONDE ESTE
OS A QUALIDADE DE DIVERSA VISTAS E OUTROS

POQUE ME CONCORDAM FAVORABILIDADE E FOI
VIRIMAS DE DESASTRES TODOS SEUS ANOS
DESE RUA DE FRANCA

POQUE CADA BARRAMENTO FOI INVESTIGADO
A PESSOA QUE FEZ PROPOSTA PARA COM FORT
E POR QUE LÂM FOI FEITO INVESTIGADO A
ADOTAR ESSAS TODAS MEDIDAS QUE CONTRA-
BOMBA A DADA CABO DE PAIX



A CAMARA DEVE CRIAR A PROPRIEDADE
DE CARACTER SOCIAL

PAROCHIA NA MADEIRA PARA JANTAR
NOS COMITADOS

ESTA COMISSÃO ESCONDE VERDADES
POR INFLUENCIA MARAVILHOSAS COM
PADRÕES
DE INFLUENCIA

A FESTA DO M/ ALBUFEIRA
BELMUNDO DE AZEVEDO

OS PROVEDORES OS PRODUZIDOS
QUEM P.D. QUER ES QUEM OS
PRODUZEM OS PRODUTOS ESTÃO A FICAR

INQUÉRITO AS PESSOAS QUEM
FUNCIONAMOS PARA AQUILO QUEM A
PESSOAS QUE SE APROXIMAM DO PODER
LOCAL E COMEÇA POR SILÊNCIO A
EXPERIMENTAR DA TERRA DO PAÍS

SIMPLES 83 ANOS NOBILIDADE FOR
DEJAM CADA DIA A DEFEIÇÃO ALMA
CA E METRADA A SIDA HORA MOR
NA LHA



Presidente da Câmara - " Eu gostava de falar porque fica registado em acta a intervenção. O Sr. Carlos fala e vai embora, nunca espera pela resposta. Há aqui afirmações que, umas têm falta de credibilidade e são feitas no ar. É muito fácil chegar aqui, dizer três ou quatro "atordoadas". Por acaso as pessoas que estão aqui nesta Assembleia Municipal são pessoas da Assembleia Municipal e, de uma forma ou de outra, conhecem a forma de expressar do cidadão. Mas o facto é que, estes problemas de que ele fala, são de há vinte anos. Qualquer um de nós que aqui está, nem teve contacto, nem sabe como é que as coisas aconteceram. É fácil chegar aqui e dizer que foi a Câmara. Não foi esta Câmara, nem sequer foram as Câmaras anteriores! Que fiquem bem explícito e claro! Quem lê as actas da Assembleia, pode pensar que, o cidadão chega aqui, diz tudo o que lhe apetece e depois ninguém lhe responde. A forma de dizer que o Presidente sabe quem foi, que é um funcionário da Câmara. Está aqui a Inspeção e é fácil abrir um processo-crime e averiguar. Não pode é vir aqui um cidadão que, obviamente, respeitamos mas, o facto, é que não pode vir para uma Assembleia Municipal onde poderia estar aqui cidadãos e ficariam a pensar que o que ele diz aqui é tudo verdade, quando há aqui situações que eu não consigo explicar. Nas primeiras vezes ainda tentei levantar os processos, mas depois não deu em nada porque não há fundamento, nem há forma de resolver e perceber isso. Que fique gravado esta minha preocupação perante situações de corrupção e de outro tipo, quando no fundo não são credíveis ou não são fundamentadas. É muito fácil chegar aqui, dizer isto e ir embora. Era o que eu queria dizer." -----

Presidente da Assembleia - " Acho que o assunto não tem grandes explicações a dar. A pessoa é conhecida. Quanto à velha questão do inquérito, eu cheguei a mandar vir os processos todos, relativos a este senhor, para o gabinete da Assembleia e convidei-o, a comigo, correr os processos e verificar nos mesmos, se havia lá qualquer substância em relação às matérias de que fala e que, enfim, eu penso que, um bocado imperceptíveis, ou ininteligíveis, da forma como o Senhor expõe. Mas, como por vezes "*não há fumo sem fogo*", tentei indagar com o próprio interessado, e com os processos à minha vista, para eu perceber. E tanto quanto eu percebi do que ele disse, terá havido uma questão de um alargamento de uma estrada que terá, de alguma forma ou medida, entrado no terreno do Senhor. E eu, com formação jurídica, não estou a ver uma estrada a andar para trás, a encolher, a sair fora do seu terreno e que era isso, precisamente, que ele queria. Falei da hipótese compensação em dinheiro, dei-lhe várias hipóteses. Nada disso, queria era a reposição do terreno dele antes do alargamento da estrada. Ora isso ultrapassa, em muito, as minhas competências, pois que a situação é antiga. O senhor terá de usar outros meios que não por aqui, até porque eu não conhecia os marcos, nem ele foi capaz de explicar a medida da suposta ocupação. Quanto à outra questão, da edificação. Em relação a isso, também não apurei nada nos processos, que pudesse dizer que "está aqui uma ilegalidade, algo que é contra a lei". Eu, pessoalmente, não consegui ver. Mas também é como o Sr. Presidente diz: há outros meios. Se a pessoa se sente lesada, tem outros meios para seguir. Tem o Ministério Público, se há corrupção. Tem advogados para lhe pegar no assunto. Tem



inclusivamente, hoje em dia, apoio judiciário. Não é preciso ter dinheiro para se socorrer da justiça, em princípio, e o sistema funciona razoavelmente. O ele vir aqui à Assembleia, repetidamente, pois eu teria duas alternativas enquanto Presidente da Assembleia Municipal: cortar-lhe a palavra, era uma hipótese, porque o que o direito do público, também não é vir para aqui dizer o que quer; tem o direito de questionar. Só que entendo não dever cortar a palavra e não é a tradição desta Assembleia. As pessoas sempre vieram aqui, livremente, expressar aquilo que lhes ia na alma e sempre com respeito. Não o fiz a ninguém até hoje, também não o iria fazer a este Senhor. É a razão porque nós, e face a este critério que nós aqui, habitualmente, ouvimos sempre a mesma coisa, mas ele não pode afirmar que ninguém se interessou pelo assunto. Eu interessei-me pelo assunto. Naquilo que posso falar na minha pessoa, mandei vir os processos, estiveram ali algum tempo, consultei-os sozinho, consultei-os com ele, vi, li, indaguei, fiz tudo quanto estava ao meu alcance, e tendo em conta que sou jurista profissionalmente, a ver se via alguma coisa errada. A única coisa que poderá ter havido de errado, não sei se foi, se não foi, não sou julgador, poderá ter sido a tal ocupação por uma estrada de uma parte do terreno. Mas para isso, a ter havido acessão industrial imobiliária, há o tempo decorrido, há a eventual aquisição por usucapião, há o interesse público, mas é para isso que existem os tribunais: para dirimir essa situação de litígio, se é que ele tem alguma razão no assunto, que eu não sei. Não verifiquei que houvesse, face aos processos, qualquer situação de ilegalidade. Alternativas: cortar-lhe a palavra? Eu, pessoalmente, não gostava de o fazer. Mas, de facto, às vezes, o senhor excede-se um pouco na linguagem. Quanto à abertura de inquérito: pois, o inquérito deve ser aberto quando há matéria de fundo, pelo menos na forma indiciária, que justifique uma abertura de inquérito. E no caso, nem penso que esteja na nossa competência pedir a abertura de inquéritos, pela antiguidade e falta de elementos no caso. Nós temos competência de fiscalização. E se tivermos alguma dúvida, há outras entidades para fazerem os inquéritos. Era isso!" -----

Luís Fernandes - "Boa noite a todos. É uma pergunta muito simples. Se é possível saber quais foram os orçamentos e os custos para artes e espectáculos em 2009, 2010 e 2011?" -----

Presidente da Câmara - "Com certeza que não tenho aqui esses números. É uma pergunta que não pode ter uma resposta, por muito boa vontade que tivesse. De todos os programas de artes de 2009, 2010 e 2011, é impensável!" -----

Luís Fernandes - "Não precisa de ser exacto." -----

Presidente da Câmara - "Não é a questão de ser exacto ou deixar de o ser. Não lhe posso dar esse número aqui porque, obviamente, carece de ir buscar documentos e dar-lhe números certos." -----

Presidente da Assembleia - "Fica registada a pergunta e ser-lhe-á respondida posteriormente." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia encerra o período do público e passa a palavra à Primeiro-Secretário que faz a



LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. Toda a correspondência fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Vítor Clemente - "Boa noite a todos. Aquilo que me trás na minha intervenção, é mais um alerta à Câmara Municipal no que diz respeito a alguns pequenos problemas ou situações encontradas. Isto porquê? Porque no passado existiam funcionários da parte da Câmara que faziam o levantamento de todas essas situações ao nível do concelho e transmitiam-nas ao Vereador ou directamente ao Sr. Presidente e depois eram arranjados. No entanto, até tive o cuidado, de hoje, dar uma pequena volta pelo concelho. Passo a citar: (doc.2)." -----



- Estrada acesso açoteias- esta via está degradada, irregular e buracos
- ruas com pavimento degradado e irregular- MiniChoro-village montechoro-EiraChoro
- passeio abatido na estrada stª Eulália torre da medronheira a que vai do alfagar para Branqueira- acesso casa da Mila e em frente da casa do Humberto.
- Rua Alexandre Herculano (rua dos Correios marcação deficiente da divisória e a passadeira Junto ao infantário.
- na estradas Albufeira – Olhos de agua- junto ao mercado dos Olhos de Agua: aquando do arranjo da sinalização fora colocado uma passadeira e ficou outra passadeira distanciada desta uns 10 metros.
- Passeio partido a seguir a Silchoro lado direito da estrada
- Sinal paragem do “ Giro ” junto ao posto de turismo está partido
- grelha aguas pluviais partidas junto pastelaria Panito Mole.
- são muitas das placas informativas das recolha de lixo que estão partidas
- Paragem do giro junto ao INATEL está partida

NB: estes são alguns dos problemas em que há necessidade de um funcionário a levantar

Das situações como no passado para uma melhoria da prestação de serviço pela parte do Município.

22.11.
28.52.11



Presidente da Assembleia - "Eu penso que já há muitos que têm conhecimento do "Documento Verde da Reforma da Administração Local". Já lhe passei os "olhos por cima", não o estudei, devo dizer. Aliás, o próprio documento o diz, que isto deve ser objecto de discussão. Ele até é um bocado, devo dizer, provocador, porque usa aqui muitos critérios numéricos, de população, de território, de residentes eleitores e faz distinções nessas matérias e tudo quanto daqui decorre, com as questões de crise e por aí a fora. Este documento deve ser objecto de análise desta Assembleia Municipal. Pensei em trazer hoje qualquer coisa sobre isso, mas parece-me que será melhor fazer-se algo mais consistente, uma vez que há um cronograma para esse debate. Esta Assembleia não deve ficar silenciosa em relação ao documento. Deve-se pronunciar! E para lá chegarmos terá que haver trabalho sobre este documento e terá que haver debate. Eu constatei, logo há partida, por exemplo, que não havia referências em relação a propostas concretas sobre o acto administrativo. Portanto, se se pretende por um lado eficácia da administração local, pelo menos todos o dizem; se dizem também, por outro lado, que deve haver um reforço da administração local, por aquilo que ela representa no País, se isto são intenções, as intenções poderão ser ou não contabilizadas com, por um lado, um corte forte na área da responsabilidade política, com a redução severa do número de vereadores, mas, por outro lado, esse corte vem acompanhado também de um forte corte na área das chefias técnicas. E isto leva a várias questões. Se se pretende, de facto, uma maior eficácia da administração pública, administração local, no caso do documento, com o corte nos dois lados, eu fico sem perceber como é que isso resulta em eficácia. Se há um corte por um lado, deveria haver um reforço do outro. A não ser que isto venha tudo acompanhado, ou de um processo muito simplificado em termos administrativos, ou então de uma retirada de competências aos municípios, ou seja, algum centralismo no documento. Mas, no campo das intenções, a tal tendência do centralismo, vem desmentida designadamente no discurso do Senhor Primeiro-Ministro, quando da apresentação do documento. Portanto, estamos aqui perante algo contraditório e nós aqui, município de Albufeira, temos uma palavra a dizer sobre esta matéria, e tem de ser uma palavra que deve ser ouvida. Nós não somos um município qualquer; somos um município em que esses parâmetros, apenas de eleitores ou de residentes, são aqui parâmetros falaciosos. Neste concelho os parâmetros, por exemplo, dos residentes, têm épocas e diferentes tipos de residentes. Em Albufeira temos os residentes habituais, as pessoas que cá estão, mas as infraestruturas que são necessárias, são dez vezes superiores. Estamos a falar de quarenta para quatrocentos mil. Queria deixar apenas, para já, a esta Assembleia, a importância que revestirá que nós tenhamos uma posição sobre isto. Depois falarei com os líderes de bancada sobre essa matéria e até poderemos fazer algumas reuniões de trabalho sobre o documento e até fazer uma Assembleia Municipal com este tema, porque este tema é importante e Albufeira não pode deixar passar ao lado esta discussão. Somos um concelho turístico por excelência e portanto, essa realidade ignorada no documento, vai ter de ser entendida pela massa cinzenta que, de Lisboa fez este documento e, que não contempla de forma alguma, qualquer



excepção. E devo realçar que o próprio discurso do Senhor Primeiro-Ministro nos dá força nessa matéria. Ele entende, mas dito noutro contexto, que o modelo de desenvolvimento único, ou seja, o mesmo modelo aplicado a realidades diferentes foi prejudicial para as autarquias de interior, que estariam menos preparadas, o que levou portanto, a uma desertificação dessas zonas, ao envelhecimento das populações. Ele próprio entende que, as realidades diferentes não devem tratadas de forma igual. Temos aqui pontos importantes, nessa área. E temos pontos também que será a própria reforma e a nova formula eleitoral que aí se fala, sobre as suas virtudes. Esta gestão deve ser ponderada, desde actual sistema ao sistema que hoje se fala que será feito em substituição, com uma lista única no executivo, que emanará da Assembleia municipal. Eu penso que tudo isto é discutível, e nós temos alguma experiência Municipal. Nós, Assembleia, nós Câmara Municipal, nós PSD, nós PS, nós BE, aqui representados, nós temos algo a dar do nosso pensamento a esta discussão. E se nós nesta Assembleia o conseguirmos fazer, melhor. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 27/04/2011 e 27/06/2011; -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca as actas a votação. -----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 27/04/2011-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Alberto Saraiva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A acta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: acta da sessão de 27/04/2011-----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Eugénia Baptista e Ana Simões. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A acta é aprovada por maioria -----



O Presidente da Assembleia apresenta o ponto seguinte e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Vítor Clemente - "Já numa reunião passada a nível da Assembleia, questionei a parte do Sr. Presidente no que diz respeito à Urbanização "Ocean Village" Sesimbra2000. Aquilo está num estado degradado. Poderia ser uma zona embelezada, devidamente tratada. É certo que toda a situação daquele empreendimento, mal ou bem ele hoje está lá construído. Deixei a pergunta ao Sr. Presidente para verificar se existia algum tipo de pagamento de IMI. Eu julgo que sim. Pelos menos, aqui, estão alguns elementos que sabem que as infraestruturas foram concluídas e foram recebidas. Se não fosse isso, eles não poderiam ter construído. Mesmo com a situação das infraestruturas não recebidas, nós temos de ter dignidade com aquilo que temos no nosso concelho. E se muitas das vezes, o município assume despesas, assume responsabilidades, aquela, julgo eu, é uma que pode vir consertar com alguém, de maneira a que aquilo passe a ser um jardim e não uma lixeira. Ninguém gosta de ter lixeira perto de casa, na sua terra. Se estão a pagar IMI, as pessoas têm por direito exigir por parte da Câmara. Em termos de iluminação pública, houve uma altura que ela esteve ligada, não sei se pago pelo Urbanizador ou pelo município. E o jardim até esteve tratado. Aí, julgo, pela parte privada, do Urbanizador. Deixar cair aquilo, custa a quem passa, a quem visita Albufeira, a quem vai ao miradouro ver toda a parte da baía de Albufeira. Ninguém gosta de ver o lixo na sua terra!" -----

Presidente da Câmara - "A minha preocupação foi logo verificar a situação das infraestruturas e daquilo que consegui perceber, as infraestruturas não foram entregues ao município. Todo aquele trabalho que foi feito lá, da construção, dos jardins, aquele espaço todo, foi todo tratado pelo loteador. Eu reuni há cerca de mês e meio com o Presidente ou Director de uma empresa que é a "Galilei", que é a empresa que está a gerir com os bancos, todo o processo complicado da massa falida. A minha preocupação tem sido procurar um "rosto". Numa altura, havia "dois rostos" que era o homem da "Sesimbra2000", depois foi o homem que estava ligado à administração, que era o Sr. Fantasia. Mas todo esse processo "foi-se". Agora já fui a Lisboa, à "Galilei", falei com a pessoa responsável, que me garantiu que estava na questão da negociação com os bancos, que são vários. Nós temos ido lá recolher o lixo. A questão dos IMIs, eles praticamente não têm vendido nada, estão lá meia dúzia vendidas, que com certeza pagarão IMIs. O que interessava era, que os bancos se entendessem e acabassem por viabilizar aquilo, de modo a que não entrasse num processo de degradação. Também estive reunido no "Millenium" com a "Habiserve", por causa de toda aquela questão por cima do cemitério, que também é um processo complicado. É o que tenho feito. Procurar uma solução para aquilo. Espero que haja uma resposta em breve." -----



Vítor Clemente - "Sobre as piscinas municipais. A piscina municipal tem por obrigação, julgo eu, se alguém da parte da vereação ou o Sr. Presidente tiver outro tipo de informação que me possa corrigir, agradecia, de prestar informação no que diz respeito à análise das águas. Ter lá um placard com a informação das análises. Temos de ter algum tipo de cuidado, porque tem água quente, com a situação da salmonela, que pode ser um perigo muito grave. Portanto, há necessidade que os serviços venham acompanhar no que diz respeito a análises. Não só à água da piscina, como àquela que é usada nos chuveiros." -----

Presidente da Câmara - "São feitas análises, permanentes, à água das piscinas. É exigência da própria legislação. Há um laboratório que o faz, permanentemente. Por vezes temos pessoas a queixar-se de que a água está fria, mas nós não podemos aumentar nem mais um grau, precisamente por causa desse tipo de situações. Não tenho a certeza, mas deduzo que estejam afixadas, no entanto vou averiguar. Eu não vou lá regularmente. Agradeço a informação." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto seguinte e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Operações Urbanísticas do Município de Albufeira, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Vítor Clemente - "Relativamente a este projecto, não sei a que velocidade, "Cruzeiro ou TGV", que o município necessita. Mas da parte do Sr. Presidente, pode marcar as reuniões da Assembleia sempre que assim o entender, no que diz respeito à situação do nosso regimento. Eu propunha que este regulamento, de Operações Urbanísticas do município de Albufeira, viesse a baixar a uma comissão e fossem nomeados elementos do PSD, do PS e BE, para analisar melhor esta matéria. Neste tipo de processo, com uma leitura muito ligeira, que alguns membros tivessem feito, vêem com algum tipo de dificuldades este tipo de matéria. No entanto, a maioria decide se o quer levar ou não a votação. A minha opinião é que deveria ir à comissão, para ser debatido muito rapidamente. Com técnicos da Câmara e alguém da parte política, numa noite ou eventualmente em duas noites, estaria resolvido e em condições. Pelo menos ficaríamos a conhecer muito melhor. Tenho dito." -----

Presidente da Assembleia - "O que está aqui, fundamentalmente, será quase uma transcrição da lei, pelo menos na sua maioria. É natural que existam aqui algumas questões regulamentares, que eu não sei se as identificou ou não, que nos possam suscitar algumas dúvidas. Questões que não venham previstas na lei. Eu também não sou contrário, neste caso em concreto, que se faça uma comissão. Também não sei se há urgência da Câmara que esteja já em vigor. Pergunto ao Sr. Presidente." -----

Presidente da Câmara - "Penso que a comissão pode ser nomeada, mas as alterações que daí resultarem não vão ser nada de especial. Até porque foi um trabalho feito



dentro das regras da legislação, tendo atenção àquilo que são as abordagens que nós temos todos os dias. Foi feito com os nossos técnicos, com o Director de Departamento e, obviamente, quanto mais depressa isto entrar em vigor mais depressa se reorganizam algumas das questões que têm estado ajustadas com a legislação em vigor. Mas, a Assembleia Municipal é soberana nessa matéria. Apenas estou a dar a minha opinião." -----

Vítor Clemente - "Creio que todos os membros da Assembleia têm o documento na vossa presença. Na folha 4, dos serviços internos da Câmara, onde diz: "*Cópias para informação: A versão inicial do regulamento foi, por deliberação camarária datada de 1 de Março de 2011, ...*". Se lerem esses quatro parágrafos, verificam que aquilo de que nós estamos aqui a falar e a pedir tem, de facto, que ser aceite, venham baixar a uma comissão. Mesmo que não haja qualquer alteração, como o Sr. Presidente da Câmara o citou. E com a ajuda da parte dos técnicos da Câmara poderíamos melhorar este regulamento, julgo eu." -----

Presidente da Câmara - "Todos os procedimentos foram feitos e se a divisão não fez o que tinha feito foi porque só houve uma entidade que se pronunciou no âmbito do inquérito público." -----

Vítor Clemente - "Depois da data. Que não deveria ter sido aceite nem colocada aqui. Se está fora da data, não interessa. Podiam tomar em consideração da parte dos serviços." -----

Presidente da Assembleia - "Aceitando, por um lado, que faz sentido aquilo que diz e, por outro lado, a Câmara tem interesse em ter um regulamento em vigor, eu penso que seria uma decisão equilibrada desta Assembleia se, para já aprovássemos isto e puséssemos uma norma de expressão transitória, de que este regulamento viesse novamente a esta Assembleia, no prazo de três meses, para ser apreciado. E nesse entretanto, poderíamos criar a tal comissão para ver se há alterações a fazer. Temos um regulamento em vigor, mau ou bom, isso terá a sua apreciação e eventualmente podemos, se for o caso disso, fazer algumas alterações à posteriori. Penso que isso cobriria os dois interesses, por um lado, a Assembleia ter um regulamento que entenda ser um regulamento e entretanto a Câmara já terá um regulamento que será o dela. Estou a fazer uma mera sugestão. É como quiserem." -----

Vice-Presidente da Câmara - "Quero deixar aqui algum esclarecimento. Promovi diversas reuniões paralelas para elaborar este regulamento. E foi um regulamento feito com muita participação de muitos técnicos da Câmara de diversas áreas, jurídica, técnica e administrativa, que são no fundo as três grandes áreas que qualquer regulamento comporta. Seguindo um pouco aquilo que tem o "555", os novos conceitos, as novas aberturas, porque há coisas novas aqui neste regulamento, como o Sr. Presidente acabou de dizer à pouco. Há coisas que decorrem directamente da lei, há outras que são discricionárias, nomeadamente está aqui definido o que são obras de escassa relevância urbanística. Se se lembram o regulamento anterior suspendia as obras durante o Verão na zona urbana turística, seguido de um procedimento apresentado em sessão de Câmara e essa sessão de Câmara iria estipular que a obra



seria suspensa até 30 de Setembro. A partir deste regulamento está logo estipulado que as obras suspender-se-ão no período de 1 de Julho a 30 de Setembro, automaticamente. Não é necessário que haja uma reclamação para se suspender essa obra. No art.2º faz-se uma descrição exaustiva das definições. Vem clarificar muitos conceitos, vem agilizar maus procedimentos do anterior regulamento. É um regulamento bastante discutido internamente. Foi posto à discussão pública como qualquer regulamento, apenas uma entidade decidiu interferir nessa discussão pública e, penso que estaria em condições. Evidentemente, que este regulamento terá de ser alterado até Maio de 2012, entrará em vigor até essa altura o licenciamento zero, aquilo que se chama o balcão do empreendedor. Penso que era de todo útil que ele entrasse já em vigor, ainda que possa, em qualquer altura haver alterações, se nós próprios na sua utilização, no dia-a-dia, encontrássemos alguma coisa contraditória ou incongruente com a legislação em vigor. Como disse, foi um documento bastante discutido, está aqui presente o Arq. Melo, responsável pela parte técnica, que participou em todas as reuniões. A fiscalização também participou em todas. Enfim, deixo à digníssima Assembleia a decisão da melhor deliberação." -----

Vítor Clemente - "O Sr. Vice-Presidente falava que, de facto, isto é um documento que tem vindo a tratar ao longo do tempo, desde Março de 2011, e da parte da Assembleia será discutido em vinte minutos. Que participação é que nós demos? A aprovação é nossa. O executivo aprovou e remete ao órgão. Temos de ter algum tipo de dignidade perante o órgão principal." -----

Presidente da Assembleia - "Estive a folhear isto agora e há aqui algumas coisas que me suscitaram algumas dúvidas." -----

Vítor Clemente - "Também considerando que da parte do Governo, foi há dias abordado que ia na sexta-feira, portanto, amanhã, será colocado o novo Decreto-Lei ou em termos de tratamento no que diz respeito a urbanizações, que vem facilitar algumas coisas que, com certeza, estão já previstas neste regulamento. Não sei, não faço a mínima ideia! Não quero travar, de maneira alguma, esta situação! Pode muito bem ser discutido na generalidade e baixar a comissão para a especialidade, se assim o entender. Pelo menos não cortamos de modo algum o tipo de trabalho da Câmara Municipal." -----

O Presidente da Assembleia suspende por cinco minutos a sessão, para trocar opiniões. Retomada a sessão: -----

Presidente da Assembleia - "Depois de falar com o Dr. Rolo e o Sr. Presidente, acho que devemos fazer realmente a comissão, mas também deveremos ser rápidos no trabalho. Espero trazer novamente o documento à Assembleia num prazo curto. Proponho, assim, à Assembleia, a criação de uma comissão composta por três elementos do PSD, um elemento do PS e um do BE. Depois os partidos indicarão quais os elementos que irão constituir essa comissão, que deverá reunir e começar a trabalhar de imediato. Perguntaria, se a Câmara nos poderia ceder alguns técnicos para com eles podermos debater alguns pontos, para clarificarmos qualquer coisa que exista para clarificar, no sentido de melhorar o documento e rapidamente o trazermos



aqui porque a Câmara tem alguma urgência, naturalmente, que não é absoluta, é relativa, segundo o Dr. Rolo me informou. Faço esta proposta à Assembleia." -----
 Não havendo intervenções sobre esta proposta, o Presidente da Assembleia coloca-a a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA - CRIAR COMISSÃO DE ANÁLISE -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

Vítor Clemente - "Pelo PS o elemento será Vítor Clemente." -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto seguinte e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Geral de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

Vítor Clemente - "Sobre a situação deste regulamento a minha pergunta sacramental, é um regulamento interno, não é?" -----

Presidente da Assembleia - " É. Está no regulamento." -----

Carlos Lima - "Pergunto: se este regulamento interno deriva de legislação, ou se caímos outra vez no mesmo impasse, estamos a falar de um regulamento que esta Assembleia vai aprovar e não teve tempo para o discutir. Se falamos no outro regulamento que não tivemos tempo para o discutir, passa-se o mesmo com todos os regulamentos. Eu acho que seria um bom método de trabalho que antes de os regulamentos virem à Assembleia Municipal fossem enviados para a Assembleia Municipal, para eventuais comissões ou para serem vistos antes desta reunião. Penso que isso deveria ser uma norma para regulamentos. Se não estamos sempre na mesma situação. Este regulamento vamos aprová-lo sem o discutir e o outro não o vamos aprovar porque, se calhar, achamos mais importante o regulamento sobre ocupação do espaço do que regulamento sobre os trabalhadores, acidentes, doenças profissionais, uma série de coisas que trata este regulamento. Eu acho que as pessoas ainda têm mais valor do que as coisas, acho que este regulamento também deveria merecer alguma atenção. A não ser que isto derive de normas gerais da legislação, que diga que tem de ser assim. Eu não o li, porque sou contra ler regulamentos à pressa. Acho que, mais uma vez está em



causa a dignidade desta Assembleia, que deve aprovar as coisas com conhecimento daquilo que está a aprovar." -----

Presidente da Câmara - "Peço a Sra. Vereadora para explicar, no entanto, quero dizer o seguinte: relativamente aos prazos, os regulamentos estão uma série de tempo em discussão pública. Talvez na discussão pública não tenha havido a tramitação para a Assembleia. Já discutimos aqui centenas de regulamentos e normalmente essas questões não se têm colocado, mas é uma questão de metodologia. O que é que acontece: são aprovados pela Câmara Municipal, vão para discussão pública e, normalmente, quando voltam, voltam quase sempre sem alteração nenhuma. Nesse período, da discussão pública, poderia ser enviado para a Assembleia Municipal. Não há problema nenhum. Passo a palavra à Sra. Vereadora para dar alguns esclarecimentos acerca do regulamento." -----

Vereadora Ana Dinis - "Boa noite. Trata-se de cumprir a lei geral. Este tipo de regulamentação não existe só para as entidades públicas, mas também para as entidades privadas. Albufeira ainda não o tinha. Tinha já sido chamada a atenção algumas vezes pela ACT. Entretanto, foi constituído um grupo de trabalho que se dedicou a esta matéria. Foram feitos os regulamentos em parceria com o gabinete jurídico. Foi criada uma comissão interna de trabalhadores que participou na elaboração deste regulamento, dando sugestões. Não posso dizer que é uma cópia fiel da lei geral, mas é adaptável à lei geral com as necessidades da Câmara. Na sequência de todo este trabalho, começámos a fazer consultas médicas no âmbito da higiene, segurança e saúde no trabalho. Neste momento cerca de 90% dos nossos trabalhadores já foram a essas consultas. Foram corrigidas algumas situações, foram recolocadas algumas pessoas que, por algum problema de saúde, não podiam estar a desempenhar funções que estavam a desempenhar. Isto trata-se apenas da parte final de todo este processo, mas se quiserem constituam uma comissão também." -----

Presidente da Assembleia - "Daquilo que aqui consta e em relação à lei, uma vez que há aqui uma necessidade regulamentar, haverá aqui algum ponto não previsto na lei, no âmbito da fixação discricionária pelo município, certo? Resultou desse debate que o fez. Há questões que repete de importância neste regulamento?" -----

Vereadora Ana Dinis - "Não. Não tenho nenhuma indicação de que haja alguma coisa fora daquilo que é habitual." -----

Presidente da Assembleia - "Mantem a sua posição?" -----

Carlos Lima - "A minha questão de princípio é em relação a regulamentos, mas também se neste regulamento estiver explanado o que diz a lei, não vejo problema nenhum em que seja votado nesta altura. Mas é um bom princípio, os regulamentos serem vistos com alguma antecedência." -----

Presidente da Assembleia - "O Sr. Presidente teve uma ideia que é excelente, que é, quando vai para discussão pública vem também para a Assembleia e nós reencaminhamos, imediatamente, para os Membros da Assembleia. E isso dá-nos muito tempo para os analisarmos. E espero que no futuro já possamos vir para aqui com mais substância. Eu, por uma questão de critério penso que, já que a Assembleia decidiu de



uma maneira, continuamos. Sra. Vereadora, o adiar a aprovação pode provocar algum prejuízo para os trabalhadores?" -----

Vereadora Ana Dinis - "Não. O trabalho acaba por estar a ser feito na mesma. É mais para cumprir aquilo que a autarquia se encontra um pouco atrasada no seu cumprimento." -----

Presidente da Assembleia - "Se houver o atraso de uma, duas semanas, não há prejuízo?" -----

Vereadora Ana Dinis - "Se tivermos a falar de não mais do que essas suas semanas, penso que não!" -----

Presidente da Assembleia - "Então, vamos no mesmo caminho, já que entramos no caminho das comissões dos regulamentos. Espero que não crie vício, até porque o Sr. Presidente vai-nos colmatar essa questão mandando logo os regulamentos quando vão para discussão pública. Eu faria uma proposta idêntica à anterior, de criação de comissão de análise." -----

Vítor Clemente - "Podemos votar os dois regulamentos em simultâneo, o quarto e o quinto, pontos." -----

Presidente da Assembleia - "Votamos os dois regulamentos! Quarto e quinto, pontos." -

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Procedimentos em matéria de Acidentes de Trabalho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA - CRIAR COMISSÃO DE ANÁLISE para os pontos, quarto e quinto. -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

Vítor Clemente - "Para esta comissão o Membro do PS indicado é, Florbela Caixinha." --

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto seguinte e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos aditamentos aos protocolos de delegações de competências nas Freguesias de Ferreiras, Guia, Olhos d'Água e Paderne, nos termos na alínea s) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----



Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

Presidente da Assembleia - "Em relação ao PONTO SÉTIMO. Foi-me solicitado pela Câmara Municipal, que este ponto, caso a Assembleia venha a ter mais uma sessão, vá para último, se a sessão acontecer depois da próxima reunião de Câmara. Segundo informação que tive, dada directamente pelo Sr. Director de Departamento, houve um lapso em relação a uma cave que estava num sítio e está noutro e, portanto, teria de ser corrigido. Eu disse, que os lapsos corrigem-se, não há problema nenhum, se poder vir antes do término da Assembleia. Estou a falar de lapsos! A proposta pode ser sempre corrigida. Não está em causa a bondade da proposta, apenas um lapso. Haverá sempre essa abertura, para aceitar correcções de erros. Para já, sugeria que ficasse para trás e passássemos à frente. Se não, poderá vir na próxima que será uma extraordinária." -----

PONTO OITAVO

Análise, avaliação e eventual revisão e alteração do Regulamento dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais do Município de Albufeira, em cumprimento da deliberação de 27 de Junho de 2011, desta Assembleia Municipal; ----

Presidente da Assembleia - "Se se recordam da deliberação que tivemos aqui em 27 de Junho de 2011. Aliás, isto nem sequer deveria ter vindo no aditamento. Deveria ter vindo, logo, no princípio, mas passou-me. Tínhamos deliberado que esta matéria viria à Assembleia para ser debatida e também, falou-se logo, na criação de uma comissão para fazer uma avaliação daquilo que foi o período de Verão. Tem a ver com, queixas que tenham havido este ano, queixas que houveram o ano passado ou há dois anos, para se fazer um toque comparativo entre as situações e nós podermos dar corpo. Este ponto não tem urgência, nesta fase. Na nossa deliberação foi justificado que essa comissão iria funcionar entre Setembro e o final do ano, portanto, será uma comissão para aprofundar. Já falei também com o Sr. Vereador do Pelouro e com o Sr. Presidente da Câmara, que estarão o máximo colaboradores com a comissão que vier a ser criada, no sentido de termos todos os elementos. Devo dizer que ao longo deste tempo, desde a deliberação de 27 de Junho de 2011, temos vindo a receber na Assembleia e que também tínhamos solicitado, que é o resumo daquilo que foram as queixas ao longo deste período, de Junho até agora, para que possamos, de facto,



analisar este regulamento. Eu tenho opiniões já muito pensadas sobre esta matéria, mas que, naturalmente, vão estar sujeitas a discussão e debate. Espero que todos nós possamos contribuir para que daqui resulte um bom regulamento, em que as questões que aqui se levantam, que são questões muito sensíveis, temos toda consciência disso, devam ser tratadas, por um lado, com sensibilidade mas, por outro lado, com firmeza e alguma tolerância e abrangência. Eu gostaria que fosse um trabalho bom desta Assembleia e com a colaboração plena da Câmara Municipal e conseguirmos um bom regulamento. Portanto, eu aqui proponha, também, à semelhança do anterior." -----

Vítor Clemente - "A minha opinião é de que a comissão deveria ser constituída com quatro membros do PSD, dois do PS e um do BE." -----

Presidente da Assembleia - "Eu subscrevo! Não sei se há outras propostas? Não há! Então a comissão fica com quatro membros do PSD, dois do PS e um do BE." -----

Vítor Clemente - "Indico já os membros do PS. Francisco Oliveira e Carlos Lima." -----
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta da criação de uma comissão constituída por quatro membros do PSD, dois do PS e um do BE, a votação. -----

VOTAÇÃO: CRIAÇÃO DE COMISSÃO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto seguinte e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso de competência delegada por deliberação da Câmara Municipal de Albufeira, do procedimento por concurso público, com publicação de anúncio no jornal oficial da União Europeia, para contratação de serviços de vigilância humana, contínua e pontual, nos vários locais do município de Albufeira; -----

Vítor Clemente - "Não queria monopolizar qualquer tipo de dado mas, nós da bancada do PS, iremos questionar a situação deste concurso. É certo que ele vem à Assembleia porque é para três anos, caso não o fosse, não viria à Assembleia porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem plenos poderes ou delegados nos vereadores para tal procedimento anual. Mas aquilo que se põe em causa é uma questão mais economicista. Dentro dos recursos humanos deve haver a situação de recursos económicos. Pode verificar, na pág. 2 da dita proposta, cláusula n.4, os locais que são. E



depois descreve uma situação de horários. Há uma pergunta, face aos valores que estão aqui em causa, que podemos desde já colocar: a polícia municipal o que é que faz? Não poderia ser utilizado algum tipo deste espaço para minimizar os custos com a polícia municipal, sobre a situação do horário? Ou é por causa de uma farda? A polícia municipal também tem uma farda, não tem arma como os outros também não têm. É minimizar os custos que aqui estão em causa. É certo que, no passado, este tipo de concurso foi procedido, fizeram o serviço, bem ou mal, não está cá no relatório, nós não conhecemos bem, mas a culpa é nossa, somos um órgão fiscalizador e como tal, podíamos muito bem junto da parte dos serviços, questionar estas situações. Mas hoje começamos a pensar, cada vez mais, nos números. É porque nós, não estamos em condições, nem nas nossas vidas pessoais e muito menos públicas, de esbanjar valores que amanhã nos façam falta. É certo que, da parte da Câmara e dos elementos do PSD que suportam a parte da Câmara nesta Assembleia, irão votar favoravelmente este tipo de proposta porque é uma prestação de serviços na cidade. Mas nada disso está em causa. O que está em causa é, poderia ou não poderia ser substituído, nestes locais, este tipo de vigilância por polícia municipal? É isso! Talvez nunca fosse equacionado em termos de discussão ao nível do executivo." -----

Presidente da Assembleia - "Eu sem perceber nada do assunto e olhando o que está no número anterior, fala do P5, por exemplo. É serviço do P5, ver quem sai, quem entra, talvez fazer umas cobranças. Não estou a ver que isso possa ser feito pela polícia municipal. Outro exemplo: o elevador da praia do Peneco. Também não me parece um serviço que seja prestado pela polícia municipal. Estar ali parado a olhar para o elevador. Parece mais serviço de segurança. Não há aqui, propriamente, uma fiscalização de estabelecimentos, etc. Até por que a polícia municipal tem muito poucos elementos." -----

Carlos Lima - "Eu queria só reforçar o que o Vítor disse mas, um bocado, noutra óptica. O Sr. Presidente há bocado falou do vigilante do parque de estacionamento P5. Se calhar justifica que esteja lá o segurança e não será, propriamente um elemento da polícia municipal. O que eu acho mais estranho é que na Praça dos Pescadores, na Av. 25 de Abril, na Rua 5 de Outubro, na Rua Alves Correia e na Av. da Liberdade, tenhamos segurança privada. Será que isso não se está a sobrepor à vigilância que deve ser feita à via pública pela GNR?! Já não digo à polícia municipal. Nós vamos ter um elemento privado a vigiar a Av. 25 de Abril?! O que é que ele está lá a fazer? Vai interpolar as pessoas? Vai dizer que não se pode estacionar ali? Vai dizer o quê? Está-se a sobrepor. Eu penso que até há aqui uma usurpação de competências da GNR, que é quem tem a gestão da segurança na via pública. Eu quando li este concurso convenci-me que era contratar pessoas para os equipamentos municipais. E aí, dando barato ou dando caro, se vai gastar dinheiro, percebia que a Câmara avançasse com isto porque tem de zelar pelos equipamentos municipais. Agora, não sei se isso se coaduna com a Av. 25 de Abril ou a 5 de Outubro, que é competência da GNR. E não sei, depois, como é que isso vai ser gerido. É só esse alerta que eu deixava. E não sei se é possível se não, ter alguém privado e se calhar estrangeiro, não tenho nada contra os estrangeiros



mas isto vai ser um concurso público internacional. Internacional, pode aparecer aqui uma empresa de segurança da Ucrânia ou da Macedónia, e depois temos aqui essas pessoas a vigiar a via pública. Penso que, está em contradição, nem sequer isso devia estar previsto, na minha modesta opinião, principalmente na via pública. Não sei se estou a dizer alguma asneira, se calhar estou, mas eu acho que devia dizer isto porque é a percepção que eu tenho, que na via pública é a GNR que actua." -----

Presidente da Assembleia - "Mas se reparar aqui nas funções de vigilância, temos que: *"a presença poderá ser preventiva em relação a actos de violência e vandalismo"*, poderá ser; *"elaboração de relatórios de ocorrência do dia anterior"*, poderá ser; já não é competência da GNR *"garantir o horário de cargas e descargas"* nestas zonas, que são zonas com algum conflito em relação a estacionamento e cargas e descargas, aliás, vi este ano em função, quer na Av. da Liberdade quer na Av. 25 de Abril, o senhor funcionário a colocar grade, a tirar grade e, de alguma forma, a controlar isto. E está aqui outra que é: *"inibir a presença de arrumadores não autorizados pela autarquia."* -----

Presidente da Câmara - "Quero explicar e depois peço ao Sr. Vereador para fazer o complemento. Quem conhece o processo da polícia municipal sabe que, ao passar destes anos, para conseguirmos ter seis ou sete elementos da polícia municipal foi complicado. Foi um protocolo assinado em Fevereiro de 2002 com, na altura, o Sr. Secretário de Estado e o Sr. Ministro que há pouco saiu do Governo Socialista. Foi um protocolo concluído no mandato anterior ao meu, mas depois, eu fui assinar. Foi sempre um processo enrolado que, até hoje, passaram três ou quatro Governos, nem houve apoios, nem aquelas verbas que estavam definidas no protocolo. E para a polícia municipal, cada concurso que se abre para vinte elementos, o máximo que fica é um ou dois. Neste momento temos "meia dúzia de gatos-pingados", num contexto muito grande, em que, em termos de cumprimento de horários, de cumprimentos de turnos e aquilo que eles estão a fazer, e eles têm a fiscalização, verificação do cumprimento dos regulamentos, das normas, ou seja, não é uma força de intervenção. Os nossos polícias municipais, no meio disto, desapareciam, não tinham condições nenhuma para este serviço. A outra questão é: obviamente que, gastar este dinheiro não nos interessa. Mas, a questão da segurança e a questão daquilo que tem sido a experiência em vários concursos que temos feito, têm, pelo menos, prevenido e organizado o espaço naqueles sítios. E além disso, este concurso vem permitir uma coisa, que é, centralizar. Ou seja, sempre que há eventos, sempre que há qualquer actividade, está aqui incluído. Não é necessário contratar mais um grupo para ir fazer a segurança. Quando fazemos alguma coisa lá em baixo, na Praia dos Pescadores, é preciso estar quatro seguranças, nas escadas rolantes, para não carregarem nos botões e não haja ali situações complicadas como já houve. Este tipo de segurança é uma ajuda naquilo que é a prevenção. Se andamos todos a falar em "segurança em Albufeira", eu sei o que tenho passado em relação a isso, numa luta muito complicada e, obviamente, na defesa dos interesses do município e este é um processo que, para nós o ideal era não meter lá ninguém, e depois tínhamos os arrumadores por um lado, os tipos das cargas e



descargas que não cumpriam nada, era uma anarquia completa dentro daquela zona urbana. E assim, está controlada e melhorada, significativamente. É evidente que, são custos que, se pudesse não os fazia. A polícia municipal, muitas das vezes, serve de apoio, no entanto, em algumas situações, eles não podem actuar. Mas em termos da prevenção, em termos de ajuda e de organização, têm tido um papel fundamental. Gostaria que o Sr. Vereador complementasse esta minha abordagem." -----

Vereador Carlos Quintino - "Boa noite a todos. Eu só queria chamar a atenção que, esta forma de actuação existe neste município há pelo menos oito anos. Não estamos aqui a fazer nada de novo. Estamos a tentar fazer é, concentrar uma série de procedimentos que existiam, individuais, para que consigamos dessa forma, também, reduzir o investimento neste serviço. Mas este serviço existe há oito anos. Queria-vos dar a indicação de que o objectivo é, ao ser só um procedimento, podermos economizar com o investimento feito nesta área. E posso-vos dizer que, o valor que aqui vem apresentado, salvo o erro é à volta de trezentos e quatro mil euros ano, reflecte uma poupança de 15% em relação àquilo que eram valores aplicados a nível individual em cada um dos procedimentos que existiam. Por outro lado, se em relação ao parque de estacionamento P5, aterro municipal e ao elevador parece-me que ninguém questiona, o Sr. Presidente explicou muito bem a questão das ruas, Av. 25 de Abril, Rua 5 de Outubro, Rua Alves Correia, Av. da Liberdade e Praça dos Pescadores. Na Praça dos Pescadores, se não estivermos ali um indivíduo que faça o controlo daquilo que é a circulação nas escadas rolantes, temo-la, infelizmente, mais vezes parada do que a funcionar. Porque como sabem, e se não sabem deixo esta nota, aquela escada rolante é a escada rolante exterior, na via pública, que mais funciona na Península Ibérica. Há uma em Barcelona, segundo me dizem os entendidos na matéria, que funciona quase como esta mas nem tanto. Todos vemos durante os dias de Verão, a quantidade de pessoas que por ali circulam. É necessário que haja ali um elemento de segurança para garantir, não só que as escadas continuam a funcionar e que não há actos de vandalismo, mas também que as pessoas circulam para cima e para baixo com alguma melhoria de segurança de circulação. Em relação à Av. 25 de Abril, Rua 5 de Outubro, Rua Alves Correia, Av. da Liberdade, a presença deste corpo de vigilantes tem como principal objectivo, precisamente, disciplinar aquilo que é a questão das cargas e descargas, e os acessos a uma zona com um horário diário com um limite estipulado para cargas e descargas e depois passa a ser exclusivamente pedonal. E se, não existir uma presença humana, que venha a dissuadir as entradas e saídas de veículos, nós voltamos há dez anos atrás, a zona estava completamente cheia de carros e havia carros por tudo o que era sítio. Portanto, parece-me a mim que este serviço trás, efectivamente, uma mais-valia nesta área e com a vantagem, se lhe podermos chamar vantagem, de que ao concentrarmos, conseguimos reduzir o valor a investir nesta questão. Obrigado Sr. Presidente." -----

Paulo Freitas - "Um pouco do que eu iria dizer já foi aqui explicado pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador, no entanto, acrescento que, quem visita o centro de Albufeira, por exemplo na Av. da Liberdade, passará e encontrará um segurança em cada



extremidade da Avenida a fazer um serviço de vigilância. A sua função tem como finalidade evitar que os turistas e as pessoas que lá estacionem sejam importunados pelos arrumadores; que não haja estacionamento para fora dos locais marcados e previstos para o efeito. E em, como disse o Sr. Vereador, um efeito dissuasor de alguns comportamentos menos próprios de algumas pessoas que vêm a Albufeira apenas com outros intuitos que os de nos visitar a usufruir esta cidade. Os vigilantes estão em contacto directo com a central que depois estará em contacto com as forças de segurança, e, desta forma, obviamente, ajudarão na prevenção daquilo que se quer a segurança. No que diz respeito à questão de ser um concurso internacional. Isto só é internacional porque é imposto pela União Europeia. Certamente não aparecerá aqui nenhuma empresa Ucraniana porque não faz parte da União Europeia. E, só para relembrar, as empresas de segurança que actuam em Portugal, a Securitas e a Prosegur, não são portuguesas, são empresas internacionais e que actuam em Portugal. Se calhar alguns de nós têm seguros em casa e até hoje ainda não apareceu lá alguém que não soubesse falar português para tratar do aparelho e da protecção." -----

Helena Simões - "Boa noite. Voltando à situação do meu colega Paulo, eu acho que estamos a esquecer aqui o cerne da questão. Nós estivemos durante dois meses nas primeiras páginas de todos os jornais, de todas as revistas, de todos os noticiários, e sempre por razões de segurança. Se de alguma forma, ainda que o custo não seja mais agradável na conjuntura actual, mas que de alguma forma consiga arranjar formas de colmatar, dar uma sensação de segurança aos nossos turistas e evitar eventuais furtos, roubos, vandalismo. Eu acho que esse investimento vale a pena." -----

Carlos Santos - "Na cláusula cinco eu tenho alguma dificuldade em perceber este horário. Passo a explicar: No período de Outubro a Março está previsto das oito às vinte e quatro horas; No período de Abril a Setembro, das nove à uma hora. Ora, é sabido que durante a época alta os Senhores distribuidores começam a operar lá em baixo e, estou a falar concretamente na Rua 5 de Outubro, a partir das sete da manhã. Não faz sentido nenhum ter-se um vigilante lá a começar às nove horas da manhã e um vigilante às oito horas da manhã, que ainda é noite, em Dezembro, quando ainda não está lá ninguém e o comércio está quase todo fechado. Portanto, eu pedia que fosse reanalisado este horário, de Verão. Aumentou-se da meia-noite para a uma de noite, mas diminuiu-se no período mais problemático que é, as cargas e descargas, da manhã." -----

Carlos Lima - "É só para fazer duas observações. A primeira, é que parece que estamos aqui a assistir a discursos contraditórios. O discurso do Sr. Presidente não teve nada a ver com o discurso do Sr. Vereador. O Sr. Presidente achou que nós não estávamos preocupados com a segurança e parece-me que a sua preocupação é arranjar quem substitua a GNR..." -----

Presidente da Câmara - "Eu não disse nada disso!" -----

Carlos Lima - "Deu a entender que, toda a gente se queixa da segurança e agora há aqui uma medida para colmatar a falta de segurança. Por outro lado o Sr. Vereador disse que, o que está aqui já existe. Se já existe, tudo bem, eu percebo que se calhar fizeram um concurso para umas coisas, outro para outras e outro para outras e agora



vão tentar juntar tudo. Se é isso, eu até percebo! Se a intenção é reforçar a segurança, eu também percebo, mas isso é porque não consegue ser feita. E por isso é que eu falei, se não estamos aqui a entrar nas competências da GNR?! Eu nunca falei da polícia municipal, eu sei que é complicado a admissão para a polícia municipal. Agora, a GNR é quem zela pelos arrumadores, pelo estacionamento mal feito. É a GNR que tem competência para isso. Parece-me que, a GNR por não conseguir fazer tudo aquilo que todos nós desejávamos, a Câmara viu-se na obrigação de fazer isto. Foi o que eu deduzi das palavras do Sr. Presidente. Depois, percebi que a finalidade era outra quando ouvi o Sr. Vereador. No fundo, são pessoas para fazer outro tipo de controlo, nomeadamente as escadas rolantes. Aí, já percebo que tenha que haver este pessoal e assim já percebo este tipo de concurso. É totalmente diferente dizer: "nós não conseguimos a segurança, toda a gente fala da segurança". Eu ouvi discursos a falar nisso. Toda a gente está preocupada com a segurança, quando se faz um concurso para ter segurança nós questionamos isso. Eu questionei porque, este concurso não pode ser para contratar pessoas para substituir as funções da GNR. Foi daí que eu comecei o meu discurso. Agora, se não é por isso, e aí eu percebo muito bem o discurso que veio daí pareceu-me que a preocupação era a falta de segurança, mas não, é sim a falta de coordenação nos equipamentos municipais. E aí, sim senhor, se se está na Praça dos Pescadores por causa das escadas rolantes, eu percebo, é um equipamento municipal. Se se está na Av. 25 de Abril porque há lá cargas e descargas, percebo sim senhor que se faça isto, tem a ver com gestão das cargas e descargas. Assim, já percebo este concurso! Eu não sou contra que se faça isto, acho é que não se deve usurpar funções de outros. É isto que quero deixar bem claro! Obrigado." -----

Carlos Santos - "Eu fiquei sem perceber porque entretanto ouvi um silêncio prolongado, se foi entendido aquilo que eu disse, nomeadamente o descrito na cláusula cinco, alínea a). O vigilante que lá está neste momento, que entra, penso eu, às oito da manhã, está lá porque há cargas e descargas a meio da 5 de Outubro, quem desce da Rua da Igreja Nova. Eu volto a insistir. Durante o período de Verão, aquelas cargas e descargas não começam às nove da manhã, começam às sete, portanto, não entendo porque é que às oito da manhã em Dezembro, que não há cargas e descargas ou são mínimas, temos lá um vigilante e no período de Verão começa às nove. Foi isso que eu quis dizer! Por outro lado, queria deixar aqui nesta Assembleia e já falei disto pessoalmente com o Sr. Vereador, não entendo porque é que no período de Inverno continua a ser fechada a circulação da Rua da Igreja Nova em direcção à 5 de Outubro e saída. Continuam os carros em pleno Dezembro, que não há movimento, a passar pela Travessa dos Arcos, onde existem quer de Verão quer de Inverno problemas contínuos. Porquê? Porque alguns dos moradores da zona estacionam lá os carros e se vier uma carrinha maior já tem dificuldade em passar. Existem lá marcações de faixas amarelas, mas por vezes ninguém respeita. Eu defendo e deixo aqui à consideração da Assembleia que, durante o período de Inverno, nomeadamente de Outubro a Março, que a circulação se possa fazer na Rua da Igreja Nova, na Rua 5 de Outubro e saída cá em cima na Av. dos Descobrimentos. Tenho dito." -----



Presidente da Assembleia - "Também coloco uma questão, em relação ao elevador da Praia do Peneco. Não há horário definido? Em termos de meses do ano, é o ano inteiro?" -----

Vereador Carlos Quintino - "Não é o ano inteiro, porque durante o inverno, agora felizmente não temos esse problema, mas tínhamos, o mar chega cá a cima e não tínhamos hipótese de o ter a funcionar. Havia o problema com a casa das máquinas, chegou até a haver inundações, que fez com que o interditássemos durante largos períodos. Portanto, o que temos aqui previsto é de Abril a Outubro, durante o horário que aqui vem, entre as oito da manhã e as vinte. Em relação à questão que o Sr. Carlos Santos colocou, é uma questão pertinente com a qual eu concordo e, dou esta indicação: a intenção foi, efectivamente, prolongar o período nocturno, por uma questão de economia reduziu-se a entrada do vigilante. Mas há no caderno de encargos uma cláusula que permite que haja reajustamento de horários. Dou-vos um pequeno exemplo, como existe no contrato presente: se repararam este Verão, quando o horário de saída do vigilante da Praça dos Pescadores era à meia-noite, foi reajustado nos meses de Junho, Julho e Agosto para as duas da manhã. Há essa possibilidade prevista no caderno de encargos. Fico sensível à questão. Concordo com aquilo que foi evidenciado. Naturalmente, nos meses de Verão, independentemente de se ter de pagar uma hora, vai-se ter de pôr um vigilante na 5 de Outubro, a partir das oito. É tudo, Sr. Presidente." -----

Presidente da Câmara - "Só quero esclarecer a questão com o Lima, para não haver confusões. O que eu disse e o que o meu amigo entendeu, foi diferente. E essa pergunta vinda daí, o Senhor sabe que os vigilantes estão nestes locais há muito tempo. Toda a gente desce a 5 de Outubro. Toda a gente desce a Av. 25 de Abril. Toda a gente desce a Av. da Liberdade. Toda a gente desce o parque de estacionamento. Toda a gente desce à Praia dos Pescadores nas escadas rolantes. Portanto, não houve aqui nenhuma intenção, nem isto é para suprir aquilo que é o processo da GNR. Esse processo tem sido trabalhado noutro âmbito. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Esta questão tem a ver com a reorganização, eu até disse que era para superar e o Vereador disse também, alguns contratos "avulso" que se foram fazendo. Que não fique dúvida sobre isso. A questão da Segurança é tratada noutro âmbito. A polícia municipal, o meu amigo percebe e concorda. Portanto, não há aqui nenhum desfasamento entre o que eu disse e o que o Vereador disse. Pode haver é um desentendimento, porque muitas vezes nós dizemos uma coisa e as pessoas percebem outra." -----

Carlos Lima - "Só para terminar, depois há-de reflectir na acta o que o Sr. Presidente disse. É só para focar mais uma vez que, só levantei a questão por ver que havia vigilante na Rua 5 de Outubro e aqui não especificava o que era. E eu alertei para a situação, se não iria colidir com as funções que são incutidas na GNR. Eu comecei o discurso por aí e foi só isso! E foquei se são instalações e bens municipais, sim senhor, deve haver. Depois pareceu-me, que alguém estava preocupado com a segurança em Albufeira, e muito bem. Estamos todos, mas não é neste âmbito que ela deve ser



tratada. É também, mas não é em concreto aquilo que percebi das palavras da falta de preocupação da segurança. Obrigado Sr. Presidente." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Vítor Clemente, Florbela Caixinha e Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por maioria -----

O Presidente da Assembleia apresenta os dois pontos seguintes, para serem discutidos em conjunto e votados separadamente, como é hábito, e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO DECIMO e DECIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª revisão das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 4ª revisão do Orçamento para o ano 2011, incluindo a 3ª alteração ao Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação. ----

VOTAÇÃO: 4ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2011/2014 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Sara Carvela. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: 4ª REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2011 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Sara Carvela. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos,



Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por maioria -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO DECIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia de Ferreiras, nos termos da alínea s) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO DECIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da abertura do concurso para adjudicação da concessão de exploração dos parques de estacionamento P5 e P6 e do estacionamento à superfície na Av. da Liberdade em Albufeira, nos termos da alínea q) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----



O Presidente da Assembleia apresenta o ponto seguinte e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO DECIMO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento de utilização do Auditório Municipal de Albufeira, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Vítor Clemente e Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por maioria -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto seguinte e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

PONTO DECIMO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de avaliação de interesse regional do projecto "Parque Temático Vasco da Gama", sito nos Olhos d'Água, nos termos da alínea o) do n.º1 e da alínea b) do n.º3, ambos do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

Vítor Clemente - "Eu não vejo planta nenhuma, li isto tudo para a frente e para trás e não sei se isto fica na freguesia dos Olhos d'Água ou na freguesia de Albufeira. E como não sei, pedia que esta matéria fosse explicada. O que está a ser pedido aqui é o reconhecimento de interesse público municipal do empreendimento. Então, porque é que nós temos um PDM? Porque é que foi rectificado o PDM há relativamente pouco tempo? Está uma confusão. Tudo se faz, tudo se pode fazer de interesse municipal. Situação também, mais uma vez da parte económica, no que diz respeito a parques temáticos, não é que seja contra, de maneira alguma, mas quando eles começam a ser demais, a fome começa a ser distribuída não por um, mas por dois ou por três. A fome da economia. E depois queixam-se que a Câmara Municipal veio autorizar mais um parque temático, que deu mais possibilidade de emprego, mas desemprego no outro lado, e que não há emprego para nada nem para ninguém. Sinceramente não sei a localização, mais ou menos eu iria lá chegar, mas não queria fazer muito esforço sem que aos elementos da Assembleia tivesse sido apresentado a planta de localização. Porque a decisão é da Assembleia. A Câmara propõe à Assembleia. E pergunto à Assembleia: Acham que isto é de interesse municipal? Digam muito bem que sim mas sem saber porquê. Tenho dito Sr. Presidente." -----



Paulo Freitas - "Obviamente que, concordo que este investimento é de interesse municipal, mas relativamente a esta questão, algumas dúvidas se me colocam. Ao Ler o parecer do senhor técnico, Aquiles Marreiros, que começa tão só por dizer, não ser competência do município, *"...solicita emissão de avaliação de interesse regional..., que à partida, afirmamos não ser competência do município. No entanto, a importância estratégica e económica do mesmo, em particular para Albufeira"*, conclusões que eu, ao longo deste parecer, não consigo retirar. Depois, neste mesmo parecer, faz uma referência às considerações que nos são levantadas pela CCDR, que enfatiza as questões de génese urbanística e que, sem desconsiderar o interesse económico e financeiro deste projecto. E isto, obviamente, que tem que ver um pouco com as limitações, do PROT do Algarve, que limita de alguma maneira a inclusão deste equipamento naquela localização. Mas, a verdade é que, nós podemos entrar por um caminho sustente o interesse municipal, mas do ponto de vista do ganho em termos locais, não me parece muito sustentado. Da leitura do documento analisamos que serão criados cerca de 100 postos de trabalho, mas em momento algum vejo um comprometimento à contratação de serviços que sejam puramente locais, nem faz qualquer referência à empresa que o vai construir. Dizer que de um ponto de vista económico este investimento é uma mais-valia de estratégia económica para Albufeira, pode ser tão só depois de ele estar a funcionar e não no decurso da sua aprovação ou da sua edificação, porque, certamente, todos os serviços que virão aqui agregados são serviços externos, até por uma questão de economia, puramente de mercado. A nós cabe-nos dar um parecer de interesse municipal, mas digo que a mim só do ponto de vista urbanístico, choca-me. Porque eu não considero relevante a construção de um parque temático por si só, sem saber efectivamente qual seria o mínimo impacto na economia local. E estou a recordar-me de que quando fazia parte da comissão de Licenciamento Comercial, uma das questões sempre lançadas, era um compromisso efectivo de que houvesse um "x" de compras feitas aos produtores locais. No mínimo aqui, temos relevância do ponto de vista economicista, proteccionista, se assim o queiram, mas eu não consigo ver o interesse municipal, tão só com a indicação para um projecto que diz criar de 100 postos de trabalho". Há outros equipamentos que não tendo tanto impacto urbanístico criarão muitos mais postos de trabalho do que este que está aí em discussão. Do ponto de vista turístico, obviamente tem interesse. Mas sinto-me vazio de informação para votar isto, sem que se traga mais informação que a não a do técnico da Câmara e a apresentada por esta empresa "MCC PROMOFrance", que só nos trás o primeiro parágrafo, sem que possamos conhecer efectivamente a totalidade da proposta, que acho que era importante vir a esta Assembleia." -----

Presidente da Câmara - "Vou tentar explicar e tentar esclarecer se houver alguma dúvida, depois daquilo que vou tentar aqui explanar... Há um grupo investidor que veio falar comigo, veio demonstrar o interesse de investir no concelho de Albufeira, no âmbito de um parque temático. Um parque temático que é complementar, diria eu, àquele que temos que é o Zoo Marine. Este é tipo "Isla Mágica". E é um empreendimento que foi apresentado numa local que tendo em conta a localização, que



fica exactamente na freguesia de Olhos d'Água mas no sentido da Praça de Touros para a Quinta da Balaia, do lado esquerdo, ocupando uma área de vinte e cinco hectares, foi colocado com um pedido à CCDR. É Albufeira, peço desculpa, a freguesia de Olhos d'Água é delimitada pela Quinta da Balaia. Essa localização foi logo à partida, por parte da CCDR, dita, no âmbito de uma intervenção dessas e do PROT Algarve, ela tinha muita dificuldade em ser encaixada na faixa entre os quinhentos e mil metros. Digamos que essa foi a barreira. Os promotores envolveram-se em contactos com a Secretaria de Estado ainda no tempo do Governo anterior, com a CCDR, com a ARH, e depois de terem mais ou menos identificado os problemas que teriam no contexto da aprovação dessa localização, eu próprio fiz a abordagem junto da CCDR e do Secretário de Estado para saber qual era a possibilidade de, tendo em conta que nós em relação ao PROT Algarve até votamos contra, em Albufeira porque naquela faixa dos quinhentos, dois mil metros procuramos inserir equipamentos de saúde, desportivos, de complementaridade àquilo que era o turismo e às camas que temos. E o que eles queriam fazer ali era um parque temático sem construção, ou seja, sem construção complementar, nem alojamento, nem hotelaria, apenas os restaurantes de apoio, lagos e aquelas estruturas montadas em fundações. E esse processo é um processo que no âmbito do PROT só pode ser considerado de duas formas, ou aquilo seria núcleo de desenvolvimento turístico e aí teria de ter hotelaria, que não querem até porque a hotelaria está muito próxima, ou teria de ser um núcleo de desenvolvimento económico, que o PROT não concede. E nesse contexto, o Secretário de Estado pediu a uma assessora que viesse à CCDR, onde eu estive também presente e o Arq. Melo, e estivemos a tentar perceber se havia condições ou não para que aquele equipamento pudesse ser considerado como um equipamento no âmbito do núcleo de desenvolvimento económico. É um investimento de cinquenta, sessenta milhões de euros. É um investimento que, além daquilo que são os empregos directos pode e tem no contexto da contratualização nos contratos, nomeadamente, para as infraestruturas, a possibilidade da ligação da estrada a norte do Montechoro que vai ligar à Quinta da Balaia e por outro lado, também, nesse contrato haver possibilidade de intervirem em alguma requalificação na zona do Montechoro. Esta abordagem que foi feita, no âmbito daquilo que me parece em termos da localização, em termos das acessibilidades, em termos da reorganização e daquilo que pode ser o complemento para o turismo em Albufeira, porque nós temos as camas e falta às pessoas os equipamentos e passamos a vida a dizer que não temos equipamentos no Algarve, só temos o Zoo Marine, a clarificação é muito simples. Há aqui o espaço, há a possibilidade de eles investirem obrigando que, se o Secretário de Estado aceitar como núcleo de desenvolvimento económico, eles têm de fazer um plano de pormenor da zona, têm de fazer um estudo global da zona. Têm de fazer, digamos, um diagnóstico daquele processo todo, tem de se quantificar a questão das infraestruturas, das acessibilidades, dos espaços verdes, ou seja, tudo balizado para as entidades, ARH, CCDR, Rede Ecológica. Neste momento, o que está aqui em causa é, eu próprio olhando para o processo, tive acesso ao processo todo por isso é que pedi



junto das entidades para que houvesse uma viabilidade no contexto de ser encaixado e aceite como núcleo de desenvolvimento económico, porque senão não tinha hipótese nenhuma. O promotor não quer fazer unidades hoteleiras e nós, agora, nem sequer precisamos delas, como vocês devem calcular. Portanto, o processo está assim e, enquanto Presidente de Câmara, falei disto e demonstrei-o no executivo quando obtive alguns dados mais concretos, e parece-me que é de interesse para o município esta questão. Aqui o que é que se passa? No âmbito do PROT e no âmbito do núcleo de desenvolvimento económico, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, terão de considerar se isto tem interesse municipal, porque depois a própria CCDR no âmbito do observatório do PROT terá que considerar que o equipamento é de relevância regional. E só depois é que o documento terá a aceitação para ser considerado como núcleo de desenvolvimento económico. Este é o procedimento. No meu entender acho que merece este esforço. Mas como sempre a Assembleia é soberana nessa matéria e não ponho aqui em causa nada disso. É um parque temático, do tipo da "Isla Mágica". Existe um ou dois em França naquelas condições. Há possibilidade de estar a funcionar, as pessoas que vêm para cá têm mais complementaridade em relação ao sol e à praia. É evidente que aquilo no âmbito da CCDR, do Secretário de Estado, das entidades, está muito balizado nas exigências, nas acessibilidades, na qualidade do ambiente, na preservação da rede ecológica, na questão do ruído. Ou seja, há um conjunto de medidas que são muito restritas e aqui, o objectivo, no meu entender, é importante que fosse. Também tenho algumas dúvidas, mas isso é uma questão pessoal, se com todos aqueles balizamentos e o tempo do plano de pormenor, se o promotor está disponível para esperar este tempo todo. Ele vai embora e mete-o noutro país qualquer em meia dúzia de meses. Mas isso é outra questão, nem sequer ponho isso em causa. É a informação que tenho para vos dar é esta, é muito clara e objectiva e eu envolvi-me a partir do momento em que achei que era um processo interessante e que era mais ainda em relação à complementaridade e que seria bom para Montechoro. Porque Montechoro podia beneficiar em termos de requalificação, de ser espaço utilizado para visitantes e ser espaço utilizado para quem trabalha, quem vai lá trabalhar e quem vive, digamos, um pouco daquilo. Esta é a minha leitura sobre este processo e sobre este pedido de interesse municipal ou não." -----

Adriano Ferrão - "Só queria dar relevância aos aspectos económicos, além dos sociais, que foram mencionados pelo Sr. Presidente da Câmara. Realmente, hoje em dia, e nós temos uma previsão e por isso devemos todos zelar, o investimento estrangeiro em Portugal é cada vez menor e por isso um investimento destes é importante em termos de país e é importante particularmente em termos de concelho de Albufeira. Pelo que eu li, que me deu a entender, concordo com o que foi dito, realmente parece-me um empreendimento de qualidade. Um grande jardim com grandes planos de água num terreno que está classificado para a agricultura. Trata-se de um terreno agrícola que tem as vantagens de poder criar emprego directo, quer indirecto, coisa que também hoje em dia, por si só é uma jóia, já que vivemos desolados porque o desemprego é cada vez maior. Depois, quero reforçar as palavras de um membro da Assembleia, o meu



colega Paulo Freitas, que referia terem de ser dadas algumas garantias no sentido de Albufeira ter algumas compensações para que este investimento venha a ser viabilizado nesta área. E por isso, da minha parte, eu acho que temos aqui uma oportunidade que não devemos deixar escapar, porque um investimento deste género é fácil de colocar em qualquer lado desta Europa." -----

Presidente da Assembleia - "Eu, à partida, parece-me que isto é interessante mas para uma área deste tamanho, não gosto muito de dar cheques em branco. Seria bom, por um lado, nós na Assembleia termos já o processo todo e, portanto, poderá também aqui haver uma comissão, por exemplo ou, eventualmente, os Senhores virem cá explicar isto como deve ser. Eu, mais ou menos concordo com tudo o que foi dito pelo Sr. Presidente. À partida, isto pode ter interesse. Mas se eu estiver aqui com um nome a dizer que é um parque temático "Vasco da Gama" e me for dado lá, apenas uns escorregas e uns laguinhos, eu sinceramente, não vejo grande interesse nisso e com Hot-dogs e pizzarias. Eu acho que, à partida, genericamente, é um projecto que é simpático, pode ser bom para qualificar Albufeira e a oferta de Albufeira mas, também, se não for algo cuidado e devidamente ponderado, poderá ser também um elemento desqualificador de Albufeira. E já temos elementos desqualificadores que nos sobram. À partida, o darmos já um parecer favorável ou não é quase que irrelevante, porque isto terá que vir sempre a esta Assembleia em sede de plano de pormenor. Mais tarde, mesmo dando agora o cheque em branco, terá sempre que cá voltar. E portanto não será agora a última palavra da Assembleia sobre esta matéria. Eu confesso que também estou um pouco em branco em relação ao projecto. Eu vejo aqui que é um parque temático, não conheço bem o tema, está aqui um nome, não sei em que é que se consubstancia este nome; para mim é um tema simpático, os descobrimentos, Vasco da Gama e por ai fora; mas também não vejo qual a ligação do Vasco da Gama à Pizzaria que está mencionada. Eu entendo que isto em termos genéricos pode ser bom, tem todo o potencial para ser bom, é investimento, é uma oferta diferente, é possibilidade de qualificação de uma zona degradada. Portanto, pode ser bom. À partida tudo indica que sim, mas nós não faremos mal nenhum se ponderarmos um pouco mais sobre isto. Nós temos o projecto ali na Assembleia, está lá o processo completo. Também não vejo que seja por mais quinze dias que "o gato vai às filhoses" e como vamos ter uma Assembleia extraordinária dentro de quinze dias sensivelmente, eu também teria aqui alguma cautela. Dando á partida nota positiva, porque me parece que é de atrair investimento para o concelho, apenas para ponderarmos se, de facto, este investimento é bom ou não. E neste tempo, se calhar, não seria mau, não sei se aqui se justificaria a constituição de uma comissão, mas para o PS e BE gostaria que fossem ali à Assembleia buscar cópias do projecto e também o PSD, para que, rapidamente, nós possamos ter uma discussão, a sério, sobre este parque temático, e se damos o cheque totalmente em branco, se o condicionamos, se não condicionamos. À partida, a minha opinião franca é, deve ser para passar mas, deve ser ponderado. Não devemos ter dúvidas sobre isso! Eu já tive algumas dúvidas e nesta Assembleia temos uma experiência. Vocês na altura votaram a favor, eu por acaso até



votei contra e o resultado está à vista. Há quem goste, há quem não goste. Eu, pessoalmente, continuo a não gostar. Porque mostraram um Kasbah sobre o plano de pormenor da Marina e hoje está lá aquilo que vemos. E mostraram-nos um Kasbah muito bonito e depois não foi nada disso. É nesse aspecto que eu devo dizer que tenho algum receio. Aquilo que foi vendido à Assembleia em sede plano de pormenor foi uma coisa e o que lá está é outra completamente diferente. Vocês votaram a favor e eu votei contra, acho; a minha memória também já vai falhando. Dizer que aquilo é positivo, eu acho que sim, é investimento, é bom, mas temos de ter alguma cautela e alguma prudência. Portanto, eu iria falar com o Sr. Presidente da Câmara no sentido de até os Senhores técnicos da empresa poderem vir aqui fazer uma demonstração do que é que pretendem. Nós estamos abertos a isso, até fora do período de trabalhos, para vermos qual é a pretensão. O Sr. Presidente já viu, provavelmente a Assembleia, se receber essa explicação, ficará convencida da bondade do projecto, que à partida penso que, é de todos opinião, que um bom investimento em Albufeira é sempre bem-vindo. É também a minha opinião. Se calhar, eu proporia que este ponto não fosse já deliberado, ficando com a Câmara Municipal com a incumbência de contactar a empresa para nos vir cá apresentar o projecto em concreto. Os senhores vão ter acesso desde já ao projecto que está no gabinete da Assembleia, do qual se vai tirar três cópias, uma para cada partido, que poderão levantar a partir de amanhã na Assembleia Municipal. Portanto, proponho que este ponto seja retirado, ficando para a próxima Assembleia extraordinária que teremos, obrigatoriamente, de fazer muito em breve." -----
 Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a sua proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: RETIRAR O PROCESSO DA ORDEM DE TRABALHOS - PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA A.M. -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: Rui Bernardo. -----

A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes -----

O Presidente da Assembleia volta ao ponto sétimo, que ficou pendente. -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revisão do Plano de Pormenor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia, nos termos do n.º1 do art.79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e da alínea b) do n.º3 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro. -----



Presidente da Assembleia - "Proponho a retirada deste ponto para vir na próxima assembleia. E a Câmara Municipal, entretanto, fará a correcção que tem a fazer." -----

VOTAÇÃO: RETIRAR PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS - PROPOSTA
APRESENTA PELO Presidente da A.M. -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lage e Lisboa, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Pinto de Oliveira, Alberto Saraiva, Florbela Caixinha, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Sara Carvela, Rosário Charrua, Carlos Santos, Anabela Nobre, Ana Simões, Hélder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

A proposta é aprovada por unanimidade -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas nesta sessão da Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 30 de Setembro de 2011 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____